

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um prejuízo líquido de R\$ (65.371) (2019 - R\$ 89.931), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de (30,51)% (2019 - 43,83%). Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,66% (2019 - 17,14%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado

nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Distribuidora não distribuiu ou pagou dividendos e juros sobre o capital próprio. A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020 a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitará a distribuição de lucros acumulados e do exercício corrente em até 30% do lucro líquido do exercício de 2020.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório

da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 12 de março de 2021.

São Paulo, 12 de março de 2021

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	4	11.424	11.529	Passivos Financeiros		4.124.120	3.965.546
Ativos financeiros		4.491.140	4.314.298	Outros passivos financeiros		4.124.120	3.965.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.115.290	3.895.867	Negociação e intermediação de valores	7	4.124.120	3.965.546
Aplicações em operações compromissadas		3.707.237	3.249.999	Passivos fiscais	11	94.692	121.226
Aplicações em depósitos interfinanceiros		408.053	645.868	Corrente		92.626	119.560
Títulos e valores mobiliários	6	368.774	369.293	Diferido		2.066	1.666
Carteira própria		93.113	90.750	Provisões	12	216.836	21.413
Vinculados à prestação de garantias		275.661	278.543	Outros passivos		4.586	2.989
Outros ativos financeiros		7.076	49.138	Sociais e estatutárias		2.677	698
Negociação e intermediação de valores	7	7.076	49.138	Diversas		1.909	2.291
Outros ativos		115.932	28.444	Patrimônio líquido	14	178.982	244.062
Rendas a receber		1.264	2.397	Capital social - domiciliados no país		81.641	81.641
Ativo fiscal corrente	8	2.154	6	Reservas de lucros		96.862	162.233
Ativo fiscal diferido	8	86.682	8.380	Outros resultados abrangentes		479	188
Diversos	9	25.832	17.661				
Permanente		720	965				
Investimentos	10	15	15				
Outros investimentos		15	15				
Imobilizado de uso		1	1				
Outras imobilizações de uso		2	2				
(Depreciações acumuladas)		(1)	(1)				
Intangível		704	949				
Ativos intangíveis		1.615	1.619				
(Amortização acumulada)		(911)	(670)				
Total do Ativo		4.619.216	4.355.236	Total do Passivo		4.619.216	4.355.236

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		81.641	16.329	55.973	-	(1.082)	-	152.861
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	1.145	-	1.145
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	14.f	-	-	-	-	125	-	125
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	89.931	89.931
Destinações:								
Reservas	14.b,c e d	-	-	25.667	64.264	-	(89.931)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		81.641	16.329	81.640	64.264	188	-	244.062
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	493	-	493
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	14.f	-	-	-	-	(202)	-	(202)
Prejuízo Líquido		-	-	-	-	-	(65.371)	(65.371)
Destinações:								
Reservas	14.b,c e d	-	-	(65.371)	-	-	65.371	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		81.641	16.329	16.269	64.264	479	(70.468)	173.993
Saldos em 30 de junho de 2020		81.641	16.329	81.640	64.264	587	(70.468)	173.993
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	14.f	-	-	-	-	131	-	131
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	14.f	-	-	-	-	(239)	-	(239)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	5.097	5.097
Destinações:								
Reservas	14.b, c e d	-	-	(65.371)	-	-	65.371	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		81.641	16.329	16.269	64.264	479	-	178.982

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios			Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2020	2020	2020	2019			2020	2019		
Atividades operacionais											
Lucro/(Prejuízo) líquido		5.097	(65.371)	89.931			1.232	1.597	(4.474)		
Ajustes ao lucro líquido		11.443	121.063	7.409			-	-	(4)		
Amortização e depreciação	16	116	245	221			-	-	(1)		
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	17.a	17.861	198.916	5.660			-	-	(23)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(6.534)	(78.098)	1.528			-	-	-		
Variações em ativos e passivos		837.267	401.441	477.066							
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		249.203	237.815	(203.198)							
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários		6.874	617	(14.310)							
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		(5.701)	42.062	29.930							
(Aumento) em outros ativos		(7.884)	(9.000)	-							
Aumento em outros passivos financeiros		544.800	158.574	647.623			2.864.854	3.261.528	2.687.146		
Aumento/(Redução) em passivos fiscais		50.618	(26.934)	37.233			3.718.661	3.718.661	3.261.528		
(Redução) em provisões		(1.875)	(3.290)	(15.734)			853.807	457.133	574.382		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco Citibank S.A. (Banco) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Adicionalmente, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua vigência, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram:

- As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade;
- Abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, passivos financeiros, ativos fiscais, passivos fiscais e provisões;
- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes;
- Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- Inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes;
- Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e
- Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Distribuidora evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para melhor apresentação e comparabilidade, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação desta Demonstrações Financeiras.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Distribuidora em 12 de março de 2021.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro

As operações com ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrados na rubrica Caixa e equivalentes de caixa.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito.

Demonstrações dos Resultados

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios
		2020	2020	
Receitas da intermediação financeira		39.017	118.941	190.432
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	39.017	118.955	190.432
Resultado de operações de câmbio		-	(14)	-
Resultado da intermediação financeira		39.017	118.941	190.432
Outras receitas/(despesas) operacionais		(29.609)	(225.728)	(40.720)
Receitas de prestação de serviços	15	14.767	27.822	27.625
Despesas de pessoal		(8.284)	(16.356)	(16.808)
Outras despesas administrativas	16	(14.340)	(29.446)	(31.457)
Despesas tributárias		(2.653)	(7.349)	(10.993)
Resultado de provisão para passivos contingentes	17.a	(17.861)	(198.916)	(5.660)
Outras receitas operacionais	17.b	434	790	948
Outras despesas operacionais	17.b	(1.672)	(2.273)	(4.375)
Resultado operacional		9.408	(106.787)	149.712
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		9.408	(106.787)	149.712
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18	(3.294)	43.463	(57.936)
Provisão para imposto de renda		(6.118)	(21.598)	(34.975)
Provisão para contribuição social		(3.710)	(13.037)	(21.432)
Ativo fiscal diferido		6.534	78.098	(1.529)
Participações no lucro - Empregados (Prejuízo)/Lucro líquido	(1.017)	5.097	(65.371)	89.931
Quantidade de ações	14.a	4.023.359.318	4.023.359.318	4.023.359.318
Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$)		1,27	(16,25)	22,35

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

→ **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Distribuidora espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações civis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes. As ações massificadas e relevantes são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração o percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações civis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração. As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

k) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada a 20% até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Distribuidora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

l) Plano de incentivos com base em ações
A Distribuidora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

- **CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que a Distribuidora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

m) Benefícios pós-emprego
O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Distribuidora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do asset ceiling.

i. Benefícios de curto prazo
Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados ativos são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

n) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente o exercício o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 21.e.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Disponibilidades em moeda nacional	10.769	11.505
Aplicações temporárias em ouro	655	24
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	3.707.237	3.249.999
Total	3.718.661	3.261.528

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2020		2019	
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	3.707.237	-	3.707.237	3.249.999
Posição bancada	3.707.237	-	3.707.237	3.249.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.707.237	-	3.707.237	3.249.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	408.053	408.053	645.868
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	408.053	408.053	645.868
Total	3.707.237	408.053	4.115.290	3.895.867

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2020		2019	
	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Vencido à prestação de garantias	240.497	240.673	240.673	244.401
Letras do Tesouro Nacional - LTN	240.497	240.673	240.673	244.401
Total	240.497	240.673	240.673	244.401

b) Títulos disponíveis para venda

	2020		2019	
	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	Atualizado	 Mercado	Vencimento	Atualizado
Carteira própria	93.113	93.113	93.113	90.750
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	93.113	93.113	93.113	90.750
Vencidos à prestação de garantias	30.000	34.988	34.988	30.000
Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾	30.000	34.988	34.988	30.000
Total	123.113	128.101	128.101	120.750

⁽¹⁾ A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações compromissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

⁽²⁾ Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2020		Exercícios 2019	
	2020	2020	2020	2019
Contratos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	35.259	108.965	162.760	-
Outros	3.758	9.990	27.672	-
Total	39.017	118.955	190.432	-

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos não realizados, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 2.993 (2019 - R\$ 2.500).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Distribuidora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".
Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

7 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão concentrados no curto prazo.

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros	Outros	Outros	Outros
	ativos	passivos	ativos	passivos
	financeiros	financeiros	financeiros	financeiros
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes ⁽¹⁾	7.076	4.120.271	49.138	3.961.697
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	-	3.849	-	3.849
Total	7.076	4.124.120	49.138	3.965.546

⁽¹⁾ O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais a Distribuidora presta serviço de custódia de valores.

8 Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	2.085	69	6	-
Total	2.085	69	6	-

Ativos fiscais diferidos

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Distribuidora constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Distribuidora, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucro fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2019		Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2020	
	Saldo em 31/12/2019	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2019	Consti- tuição	Reali- zação
Provisão para outros pagamentos	39	594	(474)	159	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.377	49.759	(940)	53.196	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	6	3	(9)	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	815	851	(846)	820	-	-
Total	5.237	51.207	(2.269)	54.175	-	-

	Saldo em 31/12/2018		Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2018	Consti- tuição	Reali- zação
Provisão para outros pagamentos	573	365	(899)	39	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.586	1.427	(1.636)	4.377	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	-	6	-	6	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.100	1.036	(1.321)	815	-	-
Total	6.259	2.834	(3.856)	5.237	-	-

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2019		Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2020	
	Saldo em 31/12/2019	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2019	Consti- tuição	Reali- zação
Provisão para outros pagamentos	24	358	(285)	97	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	2.626	29.855	(564)	31.917	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	4	2	(6)	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	489	511	(507)	493	-	-
Total	3.143	30.726	(1.362)	32.507	-	-

	Saldo em 31/12/2018		Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2018	Consti- tuição	Reali- zação
Provisão para outros pagamentos	345	219	(540)	24	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	2.752	856	(982)	2.626	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	-	4	-	4	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	659	622	(792)	489	-	-
Total	3.756	1.701	(2.314)	3.143	-	-

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2020				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para outros pagamentos	159	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.706	45.856	1.857	-	3.777
Provisão para bônus e gratificação periódica	223	283	309	5	-
Total	2.088	46.139	2.166	5	3.777

	2019		
	1 ano	2 anos	3 anos
Provisão para outros pagamentos	39	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	548	1.890	1.939
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	6	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	815	-	-
Total	1.408	1.890	1.939

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2020				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para outros pagamentos	97	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.024	27.513	1.114	-	2.666
Provisão para bônus e gratificação periódica	134	170	185	4	-
Total	1.255	27.683	1.299	4	2.666

	2019		
	1 ano	2 anos	3 anos
Provisão para outros pagamentos	24	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	329	1.134	1.163
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para negociação	4	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	489	-	-
Total	846	1.134	1.163

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 76.741 (2019 - R\$ 7.533) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos

→ **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

19 Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2020			2019		
	Controladora ⁽¹⁾	No país ⁽²⁾	No exterior ⁽³⁾	Controlador ⁽¹⁾	No país ⁽²⁾	No exterior ⁽³⁾
Ativo						
Disponibilidades	10.769	-	-	11.380	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.115.290	-	-	3.895.867	-	-
Outros ativos	15	-	5	13	-	43.734
Passivo						
Outros passivos	-	-	465.225	(36)	-	(1.336.541)
Receita/(despesa)						
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	108.122	-	-	162.760	-	-
Receitas de serviços prestados	1	13.094	1	482	10.915	-
Outras despesas administrativas	(10)	(7.982)	-	(4)	(8.160)	(140)
Outras despesas operacionais	-	-	(1)	(6)	-	(87)

⁽¹⁾ Banco Citibank S.A., Citibank N.A. (Filial Brasileira) e Citi Brasil Comércio e Participações Ltda.
⁽²⁾ Citibank Overseas Investment Corporation; Citibank, N.A. Hong Kong; Citibank, N.A. United Kingdom; Citibank Europe plc France; Citigroup Pty Limited; Citibank, N.A.; Citibank, N.A. Singapore; Citibank (Switzerland) AG; Citibank Europe plc Luxembourg; Citibank, N.A. Argentina; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank, N.A. Ireland; Citigroup Global Markets Inc.; Citigroup Inc.; Citigroup Global Markets Limited; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citigroup Global Markets Operations and Technology LLC; Citibank Europe plc Poland; Citibank N.A. IBF LATAM; Citibank, N.A. Brazil.
⁽³⁾ Banco Citibank S.A., Citibank N.A. (Filial Brasileira) e Citi Brasil Comércio e Participações Ltda.

b) Remuneração da administração

A Administração da Distribuidora é composta por sua diretoria executiva que compartilha função com as demais empresas do Conglomerado. Dessa forma, a remuneração global dos administradores é paga por outra entidade do Conglomerado.

20 Plano de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.

Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e a Distribuidora contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.

Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

A Distribuidora é patrocinadora da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020 a Distribuidora contribuiu com R\$ 257 e R\$ 153 (2019 - R\$ 158 e R\$ 83) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".

iv. Plano de benefício definido

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020, a Distribuidora contribuiu com R\$ 760 e R\$ 400 (2019 - R\$ 630 e R\$ 305) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2020	2019
Ativos líquidos dos planos	52.452	50.912
Passivos atuariais	(49.636)	(47.125)
Superávit	2.816	3.787
As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.		
Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial	2020	2019
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2020	Ativo posicionado em 31/12/2019
	informado pela Citiprevi	informado pela Citiprevi
	Inflação + 3,64% a.a. = 7,25% a.a.	Inflação + 3,46% a.a. = 7,20% a.a.
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 3,64% a.a. = 7,25% a.a.	Inflação + 3,46% a.a. = 7,20% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 2,50% a.a. = 6,1%	Inflação + 2,50% a.a. = 6,2%
Crescimento salarial médio	6,1%	6,2%
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,60%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,60%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,60% a.a.
Capacidade salarial e de benefício (1)	98%	98%
Percentual de aumento do custo médio por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade geral	IPAB 57	IPAB 57
Tábua de mortalidade de inválidos	Mercer Disability	Mercer Disability
	desagravada em 50,00%	desagravada em 50,00%
	Até 20 SM: 0,20/(TS) ^{0,26}	Até 20 SM: 0,20/(TS) ^{0,26}
	Acima de 20 SM: 0,22/(TS) ^{0,32}	Acima de 20 SM: 0,22/(TS) ^{0,32}
Rotatividade	SM: Salário Mínimo	SM: Salário Mínimo
	TS: Tempo de Serviço	TS: Tempo de Serviço
	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:
Entrada em aposentadoria	55 anos (*) - 40,00%	55 anos - 40,00%
	56-57 anos - 20,00%	56-57 anos - 20,00%
	58 anos - 15,00%	58 anos - 15,00%
	59 anos - 5,00%	59 anos - 5,00%
	60 anos - 100,00%	60 anos - 100,00%
	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Composição familiar
⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.
⁽²⁾ 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.
 De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente; ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 13 vezes no período de 1º de janeiro de 2020 a 12 de março de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:
 a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade,

com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
 b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
 c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
 d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela

21 Outras informações

a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.
 b) A Distribuidora, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não administrava mais fundos de investimento e carteira de terceiros.
 c) Os ativos não-financeiros foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período.
 d) A Distribuidora opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 17,66% (2019 - 17,14%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.
 e) **Resultados recorrentes e não recorrentes**
 Apresentação do Resultado Recorrente e não Recorrente da Distribuidora, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	2020	2019
Lucro líquido contábil	(65.371)	89.931
Ajustes de avaliação patrimonial não incluídos no lucro líquido contábil	291	1.271
Lucro líquido contábil ajustado pelos resultados abrangentes	(65.080)	91.202
Eventos Não recorrentes		
Provisão para contingências	172.132	-
Atualização de indexador de passivos contingentes	1.149	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre eventos não recorrentes	(69.312)	-
Lucro líquido recorrente ajustado pelos resultados abrangentes	38.889	91.202

f) Visão geral da pandemia de COVID-19

Além das implicações para a saúde pública, a pandemia da COVID-19 teve um impacto extraordinário nas condições macroeconômicas globais.
 A perspectiva econômica para 2021 inclui desafios e incertezas significativas relacionadas à pandemia, como, entre outros, a duração e a gravidade dos impactos econômicos e de saúde pública, que criaram um ambiente operacional mais volátil e que provavelmente continuará a impactar negativamente os negócios do Citi e seus resultados.

Apesar desses impactos, o Conglomerado Prudencial no Brasil continuou bem posicionado, com fortes índices de capital e liquidez. No final do exercício, o Conglomerado Prudencial apresentou um Índice de Basileia de 17,66%, bem acima do limite mínimo regulatório.
 Governos e Bancos Centrais em todo o mundo tomaram uma série de medidas para apoiar a economia e mitigar os impactos sistêmicos da pandemia.

Resposta do Grupo Citi à pandemia da COVID-19 – Apoio a funcionários, clientes e comunidades

A saúde e a segurança dos funcionários e de suas famílias, bem como dos clientes e das comunidades onde está presente, são de extrema importância para o Grupo Citi. A medida que a crise de saúde pública se desdobra, o Grupo Citi continua a adotar iniciativas proativas para preservar o bem-estar de todos enquanto mantém sua capacidade de atender os clientes.

Funcionários do Grupo Citi

- A maioria dos funcionários do Grupo Citi em todo o mundo está trabalhando remotamente.
- O Grupo Citi está buscando uma reentrada lenta e moderada em seus escritórios. Quando necessário, com base em dados médicos e condições locais, pode adotar uma mudança rápida de estratégia, alocando novamente os funcionários em home office.
- O Grupo Citi está oferecendo maior flexibilidade e licença remunerada para os funcionários direta ou indiretamente impactados pela pandemia.
- O Grupo Citi está preocupado com a saúde e o bem-estar dos funcionários e de suas famílias, disponibilizando durante a pandemia telemonitoramento médico e suporte emocional.
- No primeiro trimestre de 2020, o Grupo Citi concedeu globalmente uma remuneração especial única para funcionários elegíveis.
- O Grupo Citi está oferecendo, globalmente, um programa de estágio virtual de verão e garantu ofertas de emprego em tempo integral para os estagiários que atendem aos requisitos mínimos ao redor do mundo.
- Protocolos de limpeza extras foram implementados e suprimentos de proteção distribuídos nos escritórios. Além disso, a equipe foi comunicada sobre medidas preventivas.

Grupo Citi e apoio a comunidade

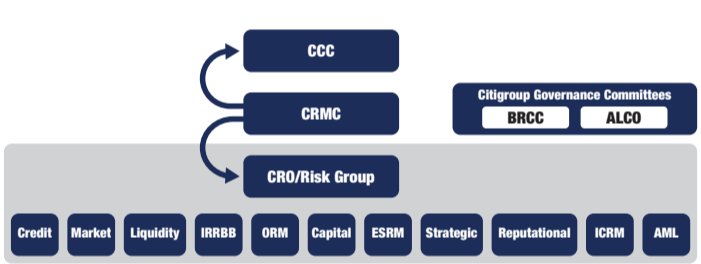
O Grupo Citi, a Citi Foundation e nossos funcionários estão apoiando aqueles diretamente impactados pela crise por meio de uma série de ações. Até o momento, o Grupo Citi e a Citi Foundation destinaram mais de US\$ 100 milhões a iniciativas de combate à pandemia junto à comunidade. Como parte desse compromisso, o Grupo Citi está doando um percentual dos lucros obtidos em 2020 para o programa de proteção da Citi Foundation.

O Grupo Citi no Brasil doou 3 mil máscaras para profissionais de saúde do Hospital das Clínicas e do Hospital Ipiranga em São Paulo e também 100 tablets para o Hospital das Clínicas em São Paulo. A Citi Foundation apoiou o Hospital Santa Marcelina com uma doação de R\$ 1.000 para a orientação do combate à doença e para a compra de equipamentos de UTI.

Por meio do Citi Esperança, em parceria com a ONG Gerando Falcões, arrecadamos fundos para a compra e distribuição de mais de 11 mil cestas básicas para comunidades carentes da Grande São Paulo.

22 Gerenciamento integrado de Riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



• **Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

• **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.
 Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

22.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

22.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle – Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.
 O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de autoavaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

22.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.
 As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "banking" e "trading"; v) apreçamento e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade/Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco da Distribuidora, segregados em carteira de Negociação (que engloba produtos como títulos públicos) e carteira de Banking (com produtos como operações compromissadas).

Fatores de Risco	Descrição	2020		
		I	II	III
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros nominal em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(18)	(2.473)	2.473
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(19)	(230)	230
Total		(37)	(2.703)	2.703

Fatores de Risco	Descrição	2019		
		I	II	III
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros nominal em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(6)	(822)	822
Total		(6)	(822)	822

Fatores de Risco	Descrição	2020		
		I	II	III
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	841	147.139	147.139
Total		841	147.139	(147.139)

Fatores de Risco	Descrição	2019		
		I	II	III
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	596	104.208	(104.208)
Total		596	104.208	(104.208)

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/20

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considero-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das caudas.
 O período de retenção é de 5 dias para Carteira de Negociação e 20 dias para a Carteira de Banking.

Choques Cenário II:

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking	
			Fatores de Risco	Unidade
Taxa de juros nominais	bps	140	Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	105	Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	175	Taxa de juros de outras moedas	bps
Taxa de juros de outras moedas	bps	38		
Moeda Estrangeira	%	12		

Choques Cenário III:

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking	
			Fatores de Risco	Unidade
Taxa de juros nominais	bps	(